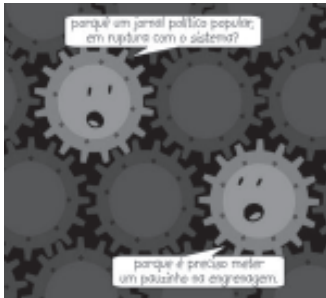


MUDAR DE VIDA

jornal popular / apoio: uma moeda

Novembro 2007 / número 2

Cresce a onda de descontentamento



PAUZINHO NA ENGRANAGEM

Cartune de Manuel de Palma, a partir de agora em todos os números.

Página 16

Reforçar as lutas nas empresas

Entrevista com Francisco Raposo, dirigente sindical do STML

Centrais

Estudantes: lutar por ensino gratuito e acesso ao trabalho

Entrevista com Hugo Bastos e Pedro Varela sobre a situação do ensino superior

Página 4

BCP faz bom negócio com a viabilização da Maconde

Página 6

Greve dos funcionários públicos em Novembro

Página 16

A fazcização da vida quotidiana nos EUA

Assassinatos políticos, perseguições, ficheiros de militantes, à sombra das leis antiterroristas

Página 12



Duzentos mil manifestantes mostraram, em 18 de Outubro, que a política de Sócrates está contra os interesses da população trabalhadora.

O movimento de protesto na rua atingiu um ponto alto. Mas precisa de ser acompanhado por acções equivalentes nas empresas. Só assim corresponderá a uma efectiva capacidade de resistência aos ataques do governo e dos patrões.

Os despedimentos colectivos mostram-nos quase diariamente o espectáculo deprimente de mulheres e homens que se resignam a ir para a rua aparentemente sem recurso – a não ser esperar por ineficazes processos que se arrastam nos tribunais.

Faz falta mais apoio entre trabalhadores. A disposição de resistir em cada empresa será maior se puder contar com a ajuda de outros companheiros de classe. Está nas mãos dos trabalhadores quebrar o isolamento de empresa para empresa.

Editorial, página 3
18 de Outubro, centrais

A “turquização” do País Basco

A repressão no País Basco não tem comparação na Europa senão com a situação na Turquia. No País Basco, existe um polícia para cada 133 habitantes, por comparação com Lisboa, um agente para cada 3.000. Desde 2002, foram ilegalizadas no País Basco sob

administração espanhola mais de 290 organizações, colectivos, associações culturais, feministas, anti-militaristas, juvenis, de bairro, etc. Desde então foram também encerrados cinco órgãos de comunicação social. Jornalistas foram presos e comprovadamente torturados.

Artigo de Rui Pereira Página 11



Auxílio às lutas

Quero-vos saudar na ocasião da saída do n.º 1 do Jornal. Num momento tão grave para os trabalhadores, as suas famílias e os jovens no nosso país, o aparecimento de um jornal com estas características pode, certamente, ser um precioso contributo para a reorganização da luta dos trabalhadores por um mundo melhor.

Estou certo que o Mudar de Vida será um auxiliar importante na resistência que em muitas empresas e sectores, escolas e associações, os trabalhadores e jovens travam contra a brutalidade do capitalismo e os seus serventários governamentais. Na minha opinião, recolocar o debate, cimentado na vida e nas lutas do dia a dia, de o que é o Socialismo, é uma tarefa fundamental para não só desmascarar este governo como, em oposição ao capitalismo que conduz à exploração, pobreza, opressão e guerras, finalmente, sem complexos ou dogmatismo, retirar da gaveta o Socialismo como alvo da luta por uma sociedade que responda não à engorda obscena dos milionários, mas às necessidades de milhões.

Em Luta, Solidariedade pela Democracia Socialista

Francisco d'Oliveira Raposo

Sugestão

Permitam-me propor-vos uma sugestão quanto ao formato *Web*. Julgo que um contador de visitas, além dos vos dar uma visão aproximada da adesão dos "cibernautas" ao projecto, poderá dar algum alento aos mais desmoralizados/desmotivados.

Sem querer fazer uma análise muito pormenorizada do jornal, devo dizer-vos que me agrada o grafismo e paginação.

Poderia pensar-se em arranjar alguma publicidade, sei lá?!, junto de livrarias, restaurantes-bar, cinemas, teatros, sindicatos, associações profissionais, etc...

Um abraço.

LG



Derrotados, não

Desconhecia, até ao momento, o projecto para «Mudar de Vida». Mas imagino! Enquanto cidadão que tenta estar interveniente, actuante e respondão ao poder, fico alegre e agradecido pela iniciativa. Enquanto jornalista, apraz-me confrontar-me com um título assim, neste país em que mais nada tem havido, do ponto de vista da cidadania, que uns aranhões que intentamos, uns e outros ir dando para não nos sentirmos impotentes e derrotados. Não somos nem impotentes nem derrotados! Essa é que é essa.

É queria saber mais – se possível muito mais – acerca do projecto. Pode ser? Há «manifesto», dossier ou coisa que o valha que me valha? Abraço solidário.

António Loja Neves

Coisas mais úteis

Li no jornal que a nova igreja de Fátima vai ser inaugurada no dia 12 de Outubro e que a obra, "financiada integralmente pelas ofertas dos peregrinos" (segundo o reitor do Santuário), vai custar 80 milhões de euros. Como é que se pode gastar esse dinheiro todo a construir uma catedral, em vez de se usar em coisas mais úteis para as pessoas (casas, escolas, etc.)? Dizem que é para homenagear Maria, mãe de Jesus. Mas, pelos Evangelhos em que os católicos acreditam, ele era contra a opulência, a começar pelo nascimento que foi numa manjedoura e depois tudo o que foi fazendo e dizendo ao longo da vida contra os templos e a riqueza.

Maria Rodrigues

Cidadãos europeus estão fartos

O referendo sobre o moribundo tratado constitucional da UE já morreu.

Os 500 milhões de cidadãos europeus estão fartos de tanta falta de democracia e de respeito pelos

seus direitos. Temos que correr com os burocratas de Bruxelas, denunciar o "colaboracionismo" da presidência portuguesa e lutar por uma Europa de cidadãos.

Fernando Barão

Perguntas com resposta

Riscos, perdas e ganhos

Um empresário não deve ser premiado, pelo seu risco e iniciativa? Sobretudo se for um trabalhador que, através do seu empreendedorismo, formou uma empresa e colocou lá todo o dinheiro que juntou com o seu trabalho e pode acabar sem nada?

Empresário, risco, iniciativa, empreendedorismo são termos equívocos. Falemos mais simplesmente, de alguém que possui um capital (um capitalista, portanto) e o aplica numa operação lucrativa, por exemplo uma empresa. Postas as coisas assim, pouco importa a origem social da pessoa; o mecanismo de valorização que vai pôr em marcha obedece aos mesmos princípios, seja ele filho de burgueses, seja um trabalhador que passa à condição de capitalista.

A única forma de aumentar um capital é pela acumulação de lucro. Como os diferentes capitais são propriedade de capitalistas diferentes, que concorrem entre si, a lógica da **valorização do capital** é a da obtenção do **máximo lucro**. O máximo lucro obtém-se pela máxima exploração da força de trabalho, isto é, aumentando quanto possível a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e aquilo que é despendido pelo capitalista (em salários e outros custos de produção). A exploração não resulta, portanto, de maior ou menor ganância individual, mas da capacidade do capitalista de levar ao extremo a exploração da mão-de-obra. Sejam "bons", sejam "maus", todos os patrões obedecem, no cerne da sua actividade enquanto capitalistas ao mesmo propósito: aumentar sempre a parte de trabalho não pago. É esta realidade que temos como "iniciativa" ou "empreendedorismo" mascaram por referirem mais as particularidades individuais do que a **condição de fundo do capitalista**.

"Prémio pelo risco"? Quem se decide a uma actividade capitalista é desde logo premiado pela lei absoluta que declara intocável a **propriedade privada dos meios de produção**. E depois pelas suas decorrências: **direito a explorar trabalho assalariado, direito a apropriar-se do produto desse trabalho**. É premiado ainda por todos os mecanismos fiscais que permitem às empresas considerarem grande parte dos ganhos como despesas e pagarem menos impostos que os indivíduos isolados, designadamente os trabalhadores assalariados. Etc. O "risco" que corre um capitalista resulta apenas da **competição com outros capitalistas**. Se, por qualquer motivo, for fraco, corre o risco de perder para os seus rivais – mas não para os trabalhadores que empregue, porque com esses a sua relação não é de concorrência.

Mesmo numa situação de falência, o capitalista beneficia de enormes protecções legais. Por exemplo, abrir outra empresa com capitais subtraídos à que falhou. Em contraste, o destino da mão-de-obra de uma empresa falida é o despedimento. E até nisto, uma vez mais, o capitalista beneficia dos mecanismos que levam o Estado a arcar com parte dos encargos com a força de trabalho despedida, concretamente através de subsídios de desemprego. Significa isto que, através do Estado, o capital transforma em **encargo social** (pago por toda a sociedade) aquilo que resulta de um **prejuízo privado**. No edifício legal e institucional montado para assegurar o funcionamento do capital não faltam, portanto, "prémios" para os "riscos".

MUDAR DE VIDA

Redacção Cristina Meneses, José Mário Branco, Manuel Raposo, M. Gouveia, Pedro Goulart **Colaboradores** Cândido Guedes, Carlos Simões, Eugénio Silva, João Bernardo, João Repas, Rita Moura, Manolo, Manuel Chico, Manuel Monteiro, Renato Teixeira, Rui Pereira, Urbano de Campos, Vladimiro Guinot **Fotografia** João Soeiro **Site** David Raposo **Cartune** Manuel da Palma

Apartado 75066 EC Calçada de Carriche 1750-999 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

Assinaturas: 1 ano (12 números): Donativo mínimo 15 € / Apoio, o mais possível

Encontros Mudar de Vida em vários pontos do país

MV: um dinamizador da acção popular

Realizaram-se, nos últimos dias de Outubro, no norte do país, três sessões de apresentação do nosso jornal. O tema proposto "O que é um jornal político popular?" suscitou debates francos e abertos cujo sentido se pode resumir no seguinte: o povo tem de tomar a política nas suas mãos.

As sessões foram co-organizadas entre o MV e colectivos locais – a Velha-A-Branca (Braga), o Círculo de Arte e Recreio (Guimarães) e a Casa-Viva (Porto).

Depois de apresentado o jornal pelos colaboradores do MV – os jornalistas Renato Teixeira e Rui Pereira, os músicos Tino Flores e José Mário Branco –, rápida e naturalmente os presentes tomaram conta do debate, como se se tratasse de uma "conversa atrasada" que todos temos urgência em retomar.

O simples nome do nosso jornal revelou-se muito estimulante para a troca de ideias. As pessoas empenhadas e solidárias querem, realmente, mudar de vida, no sentido proposto no nosso estatuto editorial e no nosso manifesto político: romper com o sistema iníquo em que vivemos, o capitalismo. Romper com a miragem de que o sistema é reformável, e de que o sofrimento imposto aos pobres é resultado de "exageros", "abusos" ou "incom-



petências" dos poderosos. Foram ventiladas, relativamente às mais variadas frentes de luta – empresas e sindicatos, saúde, habitação, educação, ecologia, comunicação social, etc. – as consequências funestas dessas ilusões.

Ficou claro, nestas conversas, que o jornal MV não aparece agora, vindo do nada, para "salvar a humanidade". Que ele é apenas mais uma ferramenta para juntar forças, politizar (no sentido nobre e libertador da palavra) o nosso quotidiano, fazer circular a informação sobre as lutas silenciadas ou caluniadas pelos médias do sistema, ajudar a tecer essa rede de combate, de solidariedade e de aprendizagem sem a qual nunca poderemos mudar de vida, a sério.

Estas sessões, além do mais, criam laços para concretizar o nosso conceito de leitor do MV. Queremos que os nossos leitores sejam também distribuidores militantes, redactores de notícias e artigos, organizadores de tertúlias políticas regulares.

O MV quer ser um dinamizador, entre outros possíveis, do movimento político popular. Ajudar a unificar e impulsionar as lutas. Mostrar aos que resistem que não estão sozinhos. Aprender com as suas experiências.

Apelamos aos leitores para que promovam e organizem sessões deste tipo, nos locais onde habitam, onde trabalham, onde estudam. Cá estaremos para divulgar e apoiar essas iniciativas.

EDITORIAL

Estado policial

Causou escândalo, mas pouca surpresa, a revelação do Procurador-Geral da República de que as escutas telefónicas estão sem controlo. Soube-se que entre 2003 e 2005 foram feitas mais de 26 mil escutas, ficando no segredo do poder quantas terão sido feitas de 2005 para cá. Aproveitando a maré, o ministro da Justiça reclamou uma revisão constitucional que dê também às "secretas" o direito de fazerem escutas. Junte-se o reforço de verbas do orçamento para a compra de armamento para a polícia e militares; o propósito de instalar vídeo-vigilância em bairros "críticos"; a colaboração das polícias ibéricas a pretexto da prevenção do "terrorismo"; o caso da intromissão policial num sindicato na Covilhã – e não é difícil ver em tudo isto um plano em marcha. O Estado policial corresponde a uma necessidade de segurança acrescida **das classes dominantes** quando se torna cada vez maior o fosso entre pobres e ricos, quando o trabalho integra cada vez menos pessoas e cria um exército de gente marginalizada. Incapaz de cativar a massa trabalhadora pela melhoria real das condições de vida – ou sequer pela ilusão de uma melhoria – o capitalismo procura debelar os anseios individuais e sociais pela força, investindo nos meios de repressão.

Os 20 por cento mais ricos precisam de se sentir seguros contra a inevitável revolta dos restantes 80 por cento. Eis porque dizemos que o reforço dos meios de repressão, a pretexto da "segurança dos cidadãos" e da "prevenção do terrorismo", visa na verdade as lutas sociais que possam afrontar o capitalismo. A passividade com que a população vem suportando a usurpação diária dos seus direitos e dos seus salários esconde a gestação de confrontos sociais que o mundo não viu antes. As classes dominantes antevêem-no, e colocam os seus dispositivos de defesa em campo. A maioria que vive do trabalho têm de preparar-se igualmente para uma resposta de classe à ofensiva que a quer esmagar.

Mudar de Vida depende de si

O projecto MUDAR DE VIDA é ambicioso. O nosso propósito é incentivar a iniciativa política popular, por isso estamos disponíveis para o debate e o temos promovido, por isso as nossas páginas papel e *Internet* têm acolhido colaborações de leitores e companheiros de um círculo que se tem vindo a alargar, por isso precisamos de todos para a sua divulgação.

Queremos manter com os leitores uma permanente troca de ideias, suscitando a crítica, a correspondência e a colaboração individual e colectiva. Jornal popular, militante, só pode ter êxito se for apoiado por uma rede de companheiros empenhados nos

**Participe na sua
feitura e na sua
distribuição.
Faça uma
assinatura para
dar força ao
projecto.**

objectivos que enunciámos no estatuto editorial. Sem suportes financeiros, não comprometido com qualquer estrutura partidária, Mudar de Vida depende inteiramente dos seus leitores.

Para que lho possamos fazer chegar todos os meses, faça uma assina-

tura. É a forma mais imediata de o receber e de poder discuti-lo com colegas, amigos, vizinhos. Envolva-se no projecto, envolva aqueles que lhe são próximos. Participe na sua feitura e na sua distribuição.

Faça-nos chegar o seu pedido de assinatura através de *e-mail* ou correio (os endereços e o valor da assinatura estão na página ao lado, na ficha técnica), indique nome, morada, código postal e proceda ao pagamento por transferência bancária ou através do envio de cheque traçado ao portador. Indique também o número a partir do qual pretende iniciar a assinatura. Iremos ter consigo todos os meses e ficaremos à espera dos seus, dos vossos, contributos.

Impõe-se lutar pelo ensino gratuito e pelo acesso ao trabalho

Entrevista a Hugo Bastos e Pedro Varela



Falámos com Hugo Bastos, estudante de Medicina, e com Pedro Varela, de Arquitectura Paisagista, sobre a situação do ensino superior.

Os ataques à universidade pública são só de agora?

Não. Nos anos 90, o Cavaco iniciou a ofensiva contra a educação,



reservando para as elites um dos pilares do progresso dos povos. "Um povo culto é ingovernável", dizia o velhaco do Salazar que também era professor. A introdução das propinas, transferindo o custo da educação para os alunos e suas famílias, desencadeou um forte movimento de protesto dos estudantes. Em 2003, com a Declaração de Bolonha e a Estratégia de Lisboa, as "modernas" palavras mobilidade, competitividade e produtividade instalaram-se no vocabulário universitário.

O que é que isso significou?

As propinas passaram a ser decididas pelas instituições, com montantes mínimo e máximo definidos, mas crescentes de ano para ano. Já vamos entre 520 e 950 euros.

Como reagiram os estudantes?

Fizeram greves e vieram para a rua, culminando na manifestação de 5 de Novembro de 2003 com 15 000 pessoas. Mas a lei passou.

E as propinas?

A propina máxima foi sendo adoptada, por pressão de orçamentos de Estado cada vez menores e usada perversamente como critério de qualidade: "uma faculdade de ponta tem de ser cara".

Que consequências é que isso tem?

Estudantes e trabalhadores-estudantes têm mais encargos, menos apoio dos serviços sociais e menos direitos. Muitos são forçados a abandonar a escola.

Que pensam do Processo de Bolonha agora implementado?

É mais uma passada do neoliberalismo na União Europeia. É a total mercantilização do Ensino.

Como surgiu o novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES)?

O governo preparou-o este Verão, durante os exames, época de difícil mobilização. O método foi o de sempre: redigir a lei em silêncio, enviar versões diferentes para as diferentes instituições, dar um prazo de apenas 15 dias para a análise e discussão dos 185 artigos, aprovando-o na generalidade no dia 28 de Junho. Aprovado de forma antidemocrática, o RJIES afasta ainda mais a democracia da comunidade que faz a Escola.

Porquê?

Os lugares dos alunos nos órgãos fulcrais da instituição são reduzidos a 15% e os funcionários não têm assegurada a sua participação. Para os substituir surgem "personalidades de reconhecido mérito", que não só nada têm que ver com a Escola, como têm tudo a ver com as empresas.

O que acham que é preciso fazer para combater a privatização do ensino?

Organizar e conciliar os diferentes sectores reivindicativos dos estudantes. Unir a luta estudantil à dos trabalhadores. Hoje impõe-se a luta pelo ensino gratuito e pelo acesso a um trabalho justo. Por isso, no dia 18 de Outubro, 250 estudantes de Coimbra e Lisboa participaram na manifestação da CGTP. Contra as políticas neoliberais, só a união poderá trazer vitórias.

BREVES

Greve na Portucel Viana

Os trabalhadores da *Portucel Viana*, em Viana do Castelo, fizeram greve no dia 19 de Outubro em protesto contra a tentativa da empresa de baixar o valor dos complementos de reforma, que fazem parte do contrato colectivo de trabalho. A luta teve larga adesão entre os 300 trabalhadores, metade dos quais, aproximadamente, tem mais de 50 anos de idade e vê assim próxima a possibilidade de se reformar, querendo naturalmente fazê-lo nas melhores condições. A *Portucel Viana* teve um lucro de 18 milhões de euros em 2006. Faz parte do grupo Gescartão, por sua vez detido pela firma espanhola Europac.

Plano tecnológico

O governo, com a conivência dos médias, propaganda, numa cadência estudada, iniciativas de fachada com que diz acudir aos mais desprotegidos, ou incluir os mais pobres no "plano tecnológico". Foram uns telemóveis para alguns velhinhos sem companhia, enquanto lhes reduzem as reformas e encarecem os medicamentos. Foram uns computadores a 20 contos, em que o negócio é a fidelização aos serviços da (agora privada) PT, que só agrava o endividamento de quem cai na esparrela.

Muito alta tensão

Moradores do concelho de Silves (Algarve), afectados pelo Traçado Sul previsto pela REN, iniciaram dia 23 de Outubro uma greve de fome junto ao Palácio de São Bento, em Lisboa. A acção de protesto integrou pessoas de várias nacionalidades e proprietários de terrenos afectados que, além dos problemas de saúde, apontam «a morte de toda a actividade turística e agrícola» na zona. No dia seguinte realizaram-se acções de protesto junto à Assembleia da República que juntaram populações de outras regiões afectadas pela proximidade de linhas de alta tensão.

Professor-polícia

Do portal do Ministério da Educação (de 12 de Setembro deste ano): A partir do ano lectivo de 2007/2008, as escolas passarão a ter um delegado de segurança, um professor com formação específica, que assegurará a gestão do sistema de segurança de cada estabelecimento de ensino, a articulação com o programa Escola Segura, bem como o estabelecimento de contactos com as forças de segurança, os encarregados de educação e o Gabinete de Segurança do ME. Esse delegado de segurança deverá relatar as situações às forças de segurança, introduzi-las no sistema electrónico de recolha de informações e encaminhá-las para a Equipa de Missão para a Segurança Escolar. Além da figura do delegado de segurança, serão implantadas outras medidas, como os sistemas de videovigilância e a generalização do cartão electrónico. (ver em <http://www.min-edu.pt/np3/1042.html>)

BREVES

Os custos da presidência

Quase 300 mil euros por dia é quanto está a custar a presidência portuguesa da UE. No final de Dezembro terão sido gastos 51 milhões de euros – 31 para obras no Pavilhão Atlântico, mais 15 para actividades diplomáticas no estrangeiro e o resto para hotéis, transportes, segurança e por aí fora.

Acidentes de trabalho

De acordo com a Inspecção-Geral do Trabalho, desde o início do ano até 15 de Setembro, já morreram cem pessoas em acidentes de trabalho.

A marca de uma governação falhada

O programa “Eixo do Mal”, na SIC-Notícias, lembrou em boa hora algumas afirmações de Sócrates acerca do desemprego, durante a campanha eleitoral de Janeiro-Fevereiro de 2005. Aos gritos num comício, Sócrates acusa: “7,1%, sete vírgula um por cento é a taxa de desemprego! Este número é a marca de uma governação falhada [do PSD], de uma economia mal conduzida!”. Ora, esta semana, o Eurostat divulgou os números do desemprego em Agosto 2007. Portugal: 8,3%.

Não é governação falhada, mas sim o que determinam os interesses privados que o governo serve com toda a competência. O que falha aqui é que muita gente ainda acredita nas mentiras que estes tipos dizem para se fazerem eleger.

Bairros sociais de Almada

Meia centena de moradores manifestaram-se contra o aumento das rendas das habitações sociais para o próximo ano. Foram informados que as rendas irão crescer entre 100 a 300 por cento.

Orçamento de Estado para 2008

Redução das despesas sociais e aumento das verbas para meios repressivos

Mais repressão e guerra, mais desemprego, menos saúde e educação - é o que resulta da análise que fazemos ao Orçamento de Estado (OE) para 2008. Não pretendemos, neste breve comentário, fazer uma análise técnica exaustiva, mas tão só desmascarar alguns aspectos nunca realçados nos comentários mediáticos dos “especialistas” do sistema.

No âmbito do ministério da Administração Interna há um aumento de 70% (!) para despesas de investimento (novas pistolas, renovação da frota automóvel, etc.), além de outras despesas com a remuneração de 2.200 novos militares da GNR e agentes da PSP. Aqui procura-se, sobretudo, mais segurança para os patrões e políticos do regime e prepara-se mais repressão para os trabalhadores e os pobres.

Nas verbas para a Defesa Nacional verifica-se um acréscimo de 8,5%, em particular para a aquisição de bens e equipamentos. Trata-se de modernizar as Forças Armadas para que estas desempenhem convenientemente o seu papel no bloco agressivo da Nato, concretamente nos ataques a diversos países e povos a mando, sobretudo, do imperialismo norte-americano.

Na Justiça, o orçamento segue,

compreensivelmente, a mesma lógica dos da Administração Interna e da Defesa Nacional, subindo 8%. Em contrapartida, as verbas para o ministério do Trabalho e Segurança Social - que, na muito grave situação social portuguesa, devia combater decididamente o desemprego de centenas de milhares de trabalhadores, e resolver os graves problemas de outras centenas de milhares de precários - só crescem cerca de 4%. Isto para já não falar na responsabilidade deste ministério pelas reformas de mistéria reservadas a grande parte dos trabalhadores portugueses. A Saúde mantém-se com um crescimento abaixo da inflação esperada, o que se traduzirá,

efectivamente, em menos profissionais de saúde, menos serviços de urgência, assistência médica mais precária e maiores gastos com medicamentos para os portugueses que não podem pagar os seguros privados.

Na Educação, o crescimento é nulo. A isto soma-se uma redução de 12% nas contribuições comunitárias para o sector. Não admira pois que estejam já encerradas 1.500 escolas, a que outras se seguirão. Aqui, como no sector da Saúde, o desemprego alastra e as alternativas aos encerramentos tardam a chegar, sendo que muitas vezes não virão resolver os complexos problemas existentes.

Pedro Goulart



A economia não gera emprego

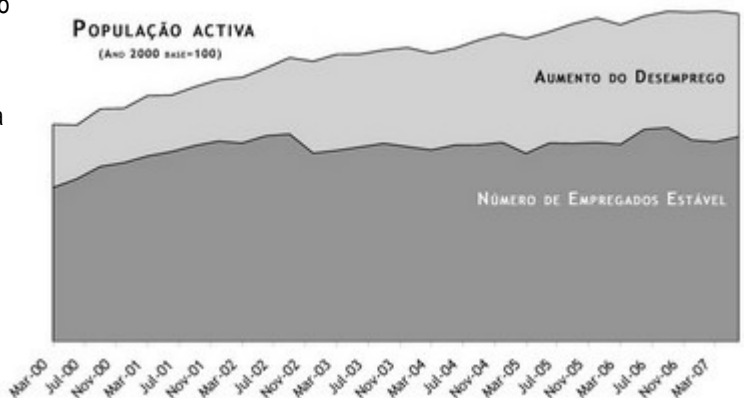
Portugal atingiu em Agosto e Setembro de 2007 a taxa de desemprego mais elevada dos últimos 20 anos. Há mais de 470 mil desempregados ou seja 8,3% da população activa. O aumento contínuo do desemprego na última década não é explicado pela conjuntura económica mundial. A crise de 2001-04 e a retoma recente dos negócios internacionais tiveram impactos modestos na economia portuguesa.

A economia nacional mostra-se incapaz de gerar novos empregos de forma sustentada. A entrada de novos trabalhadores na população activa reflecte-se num aumento

dos desempregados. Estes trabalhadores ou encontram ocupações de curto prazo ou substituem trabalhadores que

engrossam o desemprego. O número de empregados fixou-se desde 2000 nos 5,1 milhões.

Carlos Simões



Acordo de viabilização da Maconde é bom negócio para o BCP

Continua incerto o futuro da empresa e dos postos de trabalho

O banco liderado por Jardim Gonçalves (BCP) é o principal beneficiário do acordo de viabilização da Maconde, empresa têxtil e de confecções de Vila do Conde.

O acordo, firmado em final de Outubro com um consórcio bancário formado pela CGD e pelo BCP em resultado de negociações que decorreram desde Março, prevê um empréstimo de 6,6 milhões de euros para resolver o passivo de 32 milhões de euros que estrangula a firma.

Para que o acordo fosse assinado, o BCP exigiu a divisão da empresa, passando a MacVila para as mãos de dois quadros da Maconde indigidos pelo banco. Os bens imóveis da empresa (instalações e

terrenos), entregues por conta da dívida, vão parar principalmente à posse do BCP.

Acontece que a zona em que as instalações da Maconde se localizam está sujeita a forte pressão imobiliária, pelo que não é difícil prever que o fito dos bancos, designadamente o de Jardim Gonçalves, será o de rentabilizar os terrenos numa operação urbanística, eliminando a unidade industrial que resta.

A crise da Maconde levou ao despedimento recente de cerca de 50 trabalhadores e mantém os restantes, quase 500, há meses com salários e subsídios de férias em atraso. A salvaguarda dos empregos que restam tem sido destacada como um dos méritos do acordo. Mas nas entrelinhas das declara-

ções do presidente da mesa da assembleia geral da empresa e do secretário de Estado da Indústria, que mediou o acordo, pode ler-se uma dose razoável de incerteza. Com efeito, o primeiro disse que o acordo permitiria salvar “a quase totalidade” dos postos de trabalho; e o segundo rodeou-se de cautela ao afirmar que o acordo garantia “a viabilidade económica imediata da Maconde”.

Diante das incertezas que continuam a pairar sobre o futuro próximo, não parece aconselhável que os trabalhadores descansem sobre o acordo. A hipótese de greve que puseram em meados de Outubro para forçar o pagamento dos salários atrasados pode voltar a tornar-se actual.

Urbano de Campos

BREVES

50 operárias na rua

Meia centena de operárias de Rio Mau, Penafiel, foram apanhadas de surpresa com o encerramento da fábrica de confecções Modailustre, Lda onde a maioria trabalhava há cerca de uma década, informou o *JornalAberto.com*. O patrão deu-lhes nove dias de férias, disse que não havia



trabalho, mas que contava com uma encomenda de cinco mil calças, quando voltassem. A um dia do regresso, as operárias receberam, em casa, uma carta para o fundo de desemprego. A entidade patronal alega falta de encomendas e justificou com a extinção de todos os postos de trabalho o encerramento da unidade fabril.

As operárias reclamam o pagamento do mês de Setembro, o subsídio de Natal e o subsídio de desemprego. Explicam que a justificação dada pela entidade patronal (extinção de postos de trabalho) é ilegal e não corresponde à verdade. O sindicato vai liderar o processo recorrendo ao Tribunal de Trabalho. Esta é a única fábrica têxtil de Rio Mau e nas terras vizinhas não há indústrias do género.

Gestores

O Conselho de Ministros aprovou as remunerações dos gestores dos fundos comunitários (€ 21 511 milhões de euros mais 7 705 milhões de comparticipação do Estado) que Portugal irá receber dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. São 5 gestores: cada um vale €4650/mês + €1.025,6 (despesas representação) + 15% (pré-mios). Mais 4 vogais executivos: para cada um €4.185/mês + €923,08 (despesas representação) + 15% (pré-mios). E ainda, 16 vogais não executivos: €1.500 euros/mês.

Pobreza: a causa do mal e as lutas analgésicas

Com grande destaque nas televisões e jornais, realizaram-se em 17 de Outubro diversas acções, em Portugal e no resto do mundo, no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza promovido pelas Nações Unidas. Em Portugal, a Campanha Pobreza Zero – apoiada por organizações como a Amnistia Internacional, Médicos do Mundo, Oikos e Quercus – mobiliza dezenas de milhares de portugueses em acções diversas de protesto e sensibilização, em escolas, bairros, empresas e na via pública. O manifesto da Campanha (www.pobrezazero.org) declara que “a persistência da pobreza e da desigualdade no mundo de hoje não tem justificação. Apesar dos esforços realizados durante décadas, a desigualdade entre ricos e pobres continua a aumentar. Hoje, mais de 3 mil milhões de pessoas carecem de uma vida digna por causa da pobreza. Fome, sida, analfabetismo, discriminação de mulheres e meninas, destruição da natureza, acesso desigual à tec-

nologia, deslocação maciça de pessoas devido aos conflitos, migrações por o v o c a d a s pela falta de equidade na distribuição da riqueza a nível internacional... São as diferentes facetas do mesmo problema: a situação de injustiça que afecta a maioria da população mundial”.

As iniciativas humanitárias do género “Pobreza Zero” decorrem de uma generosidade genuína de muita gente, mas, além destas iniciativas que chamam a atenção para problemas humanos graves e pungentes, é preciso mobilizar consciências para a erradicação da sua verdadeira causa. Não basta lutar para aplacar as dores da humanidade, é preciso curar a doença que as provoca. Denunciar os abusos e fazer exortações aos poderosos para minorarem as



injustiças, é como receitar só analgésicos. Ai de nós se os médicos trabalhassem assim!

A miséria e a pobreza não são “exageros” nem “erros” nem “distracções” da sociedade em que vivemos. São a consequência natural e lógica de um sistema que assenta na busca do lucro, na concorrência impiedosa, na desumanização da vida. E, para isto, a alternativa definitiva é mudar pela base o sistema de produção e distribuição da riqueza.

José Mário Branco

BREVES

Em risco de fechar

A equipa de cuidados paliativos do Centro de Saúde de Odivelas, assinalou dez anos de actividade, com direito a visita do primeiro-ministro e tudo. O centro acompanha mais de 200 doentes, alguns com necessidade de visitas diárias e serviu de modelo para o país ver como se tratam os doentes em fase terminal.

Agora, os contratos de alguns dos 20 técnicos vão ser revistos no âmbito da nova lei de contratações, não se sabendo se serão renovados.

Entretanto, foram obrigados a não aceitar mais doentes. O que vai acontecer aos utentes desta unidade?

No privado há resposta: só o internamento ascende aos 200 euros por dia.

Saúde com nota negativa

Numa análise aos sistemas de saúde que melhor respondem às necessidades dos utentes, realizada entre 29 países europeus, Portugal ficou em 19.º lugar, muito longe dos valores obtidos pela Áustria, a Holanda e a França. Vários parâmetros foram tidos em conta, como os direitos dos utentes, o acesso directo a especialistas ou o direito a uma segunda opinião. Nota negativa também no respeitante ao tempo de espera, com 7 pontos num máximo de 15. Maus resultados ainda na mortalidade por ataque cardíaco e nos cuidados dentários prestados pelo sistema público.

Camionistas: a fadiga mata

Sindicatos de transportes de Portugal e Espanha bloquearam, em meados de Outubro, a ponte do Guadiana para protestar contra a falta de condições de trabalho dos motoristas profissionais. No final do mês iniciaram uma campanha de alerta contra as condições de trabalho penosas dos camionistas de longo curso. Estes profissionais morrem em acidentes, sobretudo por fadiga, à razão de um por mês.

**Açores
Conserveiros em greve
por igualdade salarial**

Fim à discriminação salarial entre homens e mulheres, subsídio de alimentação igual para todos e progressão nas carreiras profissionais, são as razões que levaram os 600 trabalhadores da unidade fabril da Cofaco, na Ribeira Grande, Açores, a entrar em greve.

A Cofaco é uma das maiores empresas conserveiras do país, proprietária das marcas *Bom Petisco* e *Tenório*. Com um volume de negócios que atinge os 50 milhões de euros, a empresa estima um au-

mento de produção, já este ano, na ordem dos 22%. A britânica Stone Holding, proprietária da Cofaco na sua quase totalidade (98,26%) paga aos trabalhadores portugueses salários três vezes inferiores aos que paga na Inglaterra.

Numa altura em que se acentua a ofensiva do capital, é de realçar a natureza das reclamações destes trabalhadores açorianos. Não se trata apenas de aumentos salariais, mas também de uma luta para acabar com as desigualdades en-



tre iguais. Destaque-se o papel corajoso das operárias conserveiras sabendo-se que, nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, a desigualdade entre homens e mulheres ainda é mais acentuada que no continente.

V. Guinot

**Lições da greve da Transtejo
Carta de um leitor e resposta da redacção**

Do leitor Luís Gomes recebemos uma mensagem que ataca a posição do MV acerca da luta da Transtejo (ver artigos no nosso site). Publicamos na íntegra a acusação e a resposta da redacção.

“Tão vergonhosa como a administração da Transtejo, só a pouca vergonha inqualificável e de direita «limiana» da vossa opinião sobre a corajosa luta dos trabalhadores da Transtejo. É pena que, cada vez mais se comportem como assumida e aliada da direita, Burguesia de «Esquerda». Está ao nível, tanto da verborreia da extrema-direita, como da mentalidade reaccionária de quem nos governa. Fica na consciência de quem o faz. Adeus e até mais nunca!!! Vocês devem viver em Marte, ou melhor, deve ser sintomático do tipo de esquerda que pretendem impingir aos trabalhadores portugueses. Enxerguem-se e não destruam o que custou tanto aos trabalhadores conseguir. Estão a fazer o que o PS e a administração pretende: típico de extremistas, oportunistas e afins. Enfim, lamentável mas revelador do vosso verdadeiro papel na sociedade portuguesa: o novo queijo limiano português, tão solicitado, pelo vistos, nas questões sindicais como o estão a ser na Câmara de Lisboa. Os portugueses têm a experiência de que quem abandona o Partido Comunista depois dele e dos trabalhadores se aproveitar, torna-se, muitas vezes, no mais reaccionário e retrógrado amigo dos patrões, das administrações e das políticas de

direita, procurando acima de tudo, destruir a unidade sindical e dos trabalhadores que são soberanos, nos plenários, nas tomadas colectivas de decisão das quais tem resultado uma justa e bem orientada luta como é e tem sido a dos trabalhadores da Transtejo. Vocês são uma vergonha que, sindicalmente, com esse artigo, rivaliza com o PP. Enxerguem-se, senhores! Fica mais uma vez provado a quem é que vocês fazem falta: Ao PS. Luís Gomes”

Resposta da redacção

Caro Leitor:
No meio do chorrilho de acusações que nos atira (incluindo a confusão sobre a Câmara de Lisboa) não conseguimos encontrar uma gota de argumentação. Mas como as suas setas nos passam ao lado, vamos ao que importa. Você enaltece a luta dos trabalhadores da Transtejo. Também nós. Consideramos que ela ousou ir mais longe do que é costume e por isso lhe dedicámos atenção. O que é que o choca? Certamente a dúvida que levantámos sobre a justiça de desconvocar a greve quando parecia que os trabalhadores estavam à beira de conseguir uma vitória a cem por cento. Você critica-nos, veja só, por admitirmos que se podia ir mais longe e por tentarmos puxar a luta para a frente! E chama a isso “extremismo” e outros disparates. Deduzimos que, a seu ver, os trabalhadores não devem tentar passar de certos limites. Por exemplo, os limites aceites pela Adminis-



tração da TT que, perante a greve, procurou, tudo o indica, um acordo que lhe salvasse a face.

Não acha que os processos levantados pela Administração aos 58 trabalhadores são inteiramente injustos? Então, como pode admitir que um recuo parcial da Administração já é satisfatório? Claro que um compromisso pode ser melhor que nada - isso depende das forças de parte a parte. Mas o sinal dado semanas antes foi de que os trabalhadores estavam dispostos a não ceder; por isso apertaram a Administração com mais duas horas de greve por dia.

Os trabalhadores da TT fizeram o que puderam e são soberanos nas suas decisões. Certo. Mas isso não quer dizer que não se avaliem os ganhos e as perdas de cada luta. Ninguém avança embebedando-se com êxitos ilusórios. Veja a ofensiva que, depois do código Bagão, está aí a desabar com a flexi-segurança e diga lá se não temos de nos preparar para embates mais duros... A sua recusa em avaliar a luta da TT de forma crítica e sem clubismos não ajuda os trabalhadores. Porque não tira nenhuma lição. Parece apenas querer condenar à fogueira quem se atreve a exortar os trabalhadores a irem mais longe. Isso é que encanta o PS, Sócrates e todo o patronato. Saudações, A Redacção

“Está em formação uma enorme onda de descontentamento”

Para reforçar as lutas nas empresas é necessário promover a solidariedade entre os trabalhadores, uma das suas armas mais decisivas.

Entrevista com Francisco Raposo, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Surpreendeu-te número de pessoas que a manifestação de 18 de Outubro trouxe à rua?

FRANCISCO RAPOSO Sim, porque foi patente que o esforço da mobilização foi menor agora que, por exemplo, em Novembro passado. Mas, por outro lado, nos plenários que realizámos na Câmara Municipal de Lisboa e Empresas Participadas tive um sinal interessante: em muitos sectores onde existem dificuldades de trabalho sindical, os plenários estiveram concorridos e participados e muitos trabalhadores manifestaram o compromisso de estar presentes. Na verdade, o número de trabalhadores da CML foi muito acima do normal.

A que se deveu tamanha adesão?

FR A razão principal é o crescente sentimento de revolta contra a injustiça social. Por todo o lado, nos locais de trabalho, nos cafés, nas lojas, nos transportes, basta estar atento para nos apercebermos da enorme onda de descontentamento que está em formação. São sem dúvida as medidas do governo, mas também os sucessivos escândalos – como o da dívida do filho do Jardim Gonçalves – que reintroduziram no dia a dia um conceito que estava “escondido” – as classes sociais, “os que têm” e “os que não têm”, os explorados e exploradores, as duas faces da justiça...

Os protestos que se iniciaram há um ano estarão de novo em crescendo?

FR Estes últimos escândalos fragilizaram a classe dominante, na sua exigência da destruição dos serviços públicos. A exigência de “menos Estado” esbarra com a experiência concreta de ter um centro de saúde ou uma urgência hospitalar fechada, por exemplo. A chamada “reforma do Estado”, a alteração do Estatuto da Carreira Docente, vão seguramente continuar a movimentar trabalhadores do sector público e professores mas também as populações que sentem o efeito destas reformas nas suas vidas. Outros sectores, como o ensino superior, podem também entrar em ebulição.

Em contraste com esta mobilização, as lutas nas empresas continuam a ser débeis e timoratas. Porquê este desfasamento? Onde estão as fraquezas?

FR Penso que esse problema se centra fundamentalmente na estratégia errada da Direcção da CGTP de apostas na concertação



social e nas instituições do sistema. E isso decorre de um outro problema, para mim central. É que os programas políticos quer do PC como do BE não rompem os limites do actual sistema. O que significa que os seus militantes no movimento sindical, não têm as ferramentas ideológicas para verdadeiras mobilizações de classe. Obviamente que existem problemas orgânicos graves, nomeadamente o burocratismo e falta de vida interna democrática nos sindicatos, isso leva a uma falta de implantação nas empresas, ou quando existe, a adaptação ao local da concertação social.



Não existem também, entre os trabalhadores, dificuldades em travar lutas mais destemidas, por receio de represálias? Como reforçar a resistência nas empresas?

FR Ninguém tem, neste momento, soluções mágicas. Um passo necessário é a organização sindical nos locais de trabalho e a luta pelo funcionamento democrático de todas as estruturas sindicais. Outro ponto necessário é a promoção da solidariedade entre trabalhadores, que é uma das mais antigas e estratégicas ferramentas que os trabalhadores têm. As lutas que decorrem dentro dos perímetros das empresas necessitam de sentir a solidariedade de outros trabalhadores. O isolamento das lutas serve obviamente o patronato, mas também as burocracias sindicais dominantes. Por outro lado, a solidariedade activa promove a troca de experiências e o elevar de consciência. E isso ajuda a resistência.

Depois de ter trazido 200 mil pessoas para a rua, que vai fazer o movimento sindical? Não pode ficar na defensiva...

FR Infelizmente a CGTP já deu o mote ao apresentar a sua proposta reivindicativa para 2008 antes desta acção, cuja medida mais arrojada é o aumento do salário mínimo de 5,6%! A verdade é que a Central está sujeita a enormes pressões, sendo que a linha dominante pretende “uma política diferente” mas no estrito quadro das relações de produção existentes e as linhas minoritárias alinham todas no reforço da “moderação” e do “sindicalismo de resultados”, isto é, à direita. O discurso do “realismo”, das condições económicas, reforça as ilusões sobre eventuais reformas positivas.

Mas nas bases activas dos sindicatos acentuam-se as pressões para uma acção mais combativa que exija não o “possível” mas o necessário. A defesa do salário mínimo de 500€, como forma de aproximação ao salário mínimo médio da Europa, extensível aos precários, desempregados e reformados, feita organizadamente pelos sindicatos e organizações de trabalhadores, a



luta contra os despedimentos e encerramento de empresas e a criação de uma rede de solidariedade, a organização da luta contra o desmantelamento de serviços públicos seriam passos importantes para preparar a necessária ofensiva dos trabalhadores.

Está na hora de exigir a demissão do Sócrates?

FR Essa é, para mim, uma questão central. É preciso ser claro e dizer, não quem é essa espécie de engenheiro, mas o que é ele realmente. Ele é apenas o empregado de serviço do capitalismo. O nosso inimigo é o sistema capitalista no seu todo, não o seu executor de momento. O tremendo retrocesso ideológico que os trabalhadores sofreram após a crise revolucionária de 74/75 e o colapso do “socialismo real” conduziram a que as novas gerações de trabalhadores fossem educadas no respeito pelas “instituições” e outras patranhas da classe dominante. Os partidos tradicionais dos trabalhadores e os da “esquerda da nova vaga” mantêm-se dentro do sistema e não formam os seus militantes politicamente. Milhares de abnegados activistas de classe, nos sindicatos e fora deles, agem por instinto, sem uma clara ideia de alternativa social. Neste contexto não se vislumbra uma alternativa de esquerda para o actual Governo. Mas creio que o melhor contributo para a construção dessa alternativa é precisamente um programa combativo, independente e de classe que contraponha o socialismo dos trabalhadores à prática política do governo neoliberal do Partido dito “Socialista”. A defesa de uma economia planificada e gerida democraticamente pelos produtores e consumidores em alternativa ao caos da produção capitalista, uma democracia dos trabalhadores baseada na satisfação das necessidades de milhões em contraponto aos lucros de meia dúzia, é, na minha opinião um contributo para, não apenas o derrube de Sócrates mas para uma mudança favorável aos trabalhadores.

18 de Outubro

Foi com evidente incómodo que a generalidade da comunicação social se referiu à manifestação de 18 de Outubro. Não é todos os dias, em qualquer país do mundo, que 200 mil pessoas descem à rua para pôr em causa o governo. O mar de gente manchou a festa de Sócrates no Parque das Nações, dando a ver aos convidados os limites do poder de persuasão do primeiro-ministro português.

Duzentos mil trabalhadores na rua contra a política de Sócrates (versão portuguesa da linha europeia de ataque ao mundo do trabalho) é pôr em evidência que os acordos sobre flexi-segurança e sobre o tratado reformador da União Europeia foram conseguidos contra a vontade da população trabalhadora. Pode o governo (todos os governos europeus) festejar com litros de espumante as vitórias obtidas lá por cima – cá por baixo há um mundo que despreza esses acordos e mostra vontade de lutar contra as suas consequências.

Numa completa inversão de valores – estão no seu papel... – governo e comunicação social enalteceram o acordo dos sindicatos europeus (UGT incluída) sobre flexi-segurança, e quiseram provar que a CGTP ficara “isolada” por não ter alinhado na canalhice. Venha mais deste “isolamento” que traz à rua tanta gente e recusa a miserável subserviência dos caciques sindicais europeus diante do capital. Ficámos todos bem melhor na companhia dos grevistas franceses que pararam os transportes e dos trabalhadores alemães que ameaçam entrar em greve.

Parece retomar-se, com a manifestação de 18 de Outubro, a via ascendente do movimento de protesto dos trabalhadores portugueses iniciada no final de 2006 e prosseguida, com altos e baixos, ao longo deste ano. É um bom sinal, mas não basta para travar a ofensiva do patronato, como sabemos de vezes anteriores. Nos protestos

e nas lutas que ocorrem por todo o país, sobretudo nas empresas, há fraquezas que não podem ser escondidas. A maior parte das acções de resistência ficam-se, na melhor das hipóteses, pelas meias vitórias. Os despedimentos colectivos, esses então, mostram-nos quase diariamente o espectáculo deprimente de mulheres e homens que se resignam a ir para a rua aparentemente sem recurso – a não ser esperar por longos e ineficazes processos que se arrastam nos tribunais.

Faz falta mais solidariedade. Falta apoio mútuo entre trabalhadores. A disposição de resistir em cada empresa será maior se puder contar com a ajuda (moral e, porque não, material) de outros companheiros de classe. Está nas mãos dos trabalhadores quebrar o isolamento de empresa para empresa, de forma a fustigar o patronato em várias frentes. O movimento de protesto nas ruas atingiu um ponto alto em 18 de Outubro. Mas precisa de ser acompanhado por acções equivalentes nas empresas, de modo a ganhar bases cada vez mais firmes e a alargar a sua capacidade de mobilização. Só assim o protesto de massas na rua corresponderá a uma efectiva capacidade de resistência aos ataques do governo e dos patrões.

A capacidade negocial que a direcção da CGTP possa ter ganho com o êxito da manifestação nada representará para o efeito de travar a ofensiva do Capital contra o Trabalho se não se apoiar num combativo movimento na base, enraizado nas empresas.

Birmânia

EUA manipulam a “revolução açafão”

De repente, ecrãs e jornais encheram-se de imagens cor de açafão, com monges budistas e milhares de populares a contestarem em Rangun, capital da Birmânia, a Junta Militar que domina e reprime 50 milhões de birmaneses há 45 anos. Na *internet*, proliferaram os artigos e os apelos para apoiar “o povo da Birmânia” contra os generais.

Mas uma *gaffe* da CNN veio alertar-nos: O movimento da “Geração 88”, que lidera a contestação, recebeu contributos do financeiro Soros, do governo norueguês e 2,5 milhões de dólares do NED (National Endowment for Democracy) – organização ligada à CIA que já promoveu outras “revoluções coloridas” na Ucrânia (“laranja”) e na Geórgia (“rosa”). Os EUA e as potências ocidentais nunca se importaram com o sofrimento do povo birmanês desde que os militares tomaram o poder. Pelo contrário. O regime birmanês é, desde 1994, seu aliado na ASEAN, parceira da NATO na Ásia do Sudeste. Nem a sangrenta repressão das revoltas populares de 1974 e 1988 nem a anulação

das eleições que, em 1990, deram vitória esmagadora à oposição democrática arrancaram aos regimes ocidentais qualquer protesto.

Agora que os monges budistas (que defendem, para o país, um regime teocrático) encabeçaram os protestos populares – na sequência de um brutal aumento do custo de vida provocado pelas “reformas estruturais” do FMI – os governos dos EUA e da Europa defendem a imposição de sanções através do Conselho de Segurança da ONU! Certamente semelhantes àquelas que, durante 12 anos no Iraque, pretendendo castigar Saddam, mataram um milhão de inocentes. Explicação para esta viragem: as boas relações da Birmânia com a China, que lhe equipa o exército, fornece navios à marinha de guerra e constrói estradas e portos. E o acordo petrolífero entre os dois países que, além da exploração de petróleo e gás birmaneses, possibilitou a construção de um oleoduto que liga o golfo de Bengala ao Yunnan chinês e a instalação de uma sofisticada vigilância electrónica nessa rota marítima onde



passa 80% do abastecimento de petróleo para a China. E não se pode ignorar, também, o facto de a Birmânia ser o segundo maior produtor mundial de heroína (depois do Afeganistão) e o primeiro de metanfetaminas.

Por isso, devemos reflectir nas palavras do jornalista Thierry Meyssan: “Temos diante dos olhos um povo que luta pela sua liberdade. Mas o apoio que lhe é dado pelos EUA e pelos médias atlantistas não tem, de todo, esse objectivo. Washington quer cortar o oleoduto chinês, desmantelar as bases militares de vigilância electrónica para controlar as rotas marítimas e abrir o mercado às suas multinacionais. Para serem livres, não bastará aos birmaneses derrubarem os generais.”

José Mário Branco

Revolta em Xiangtang

Cidadãos ocupam o edifício do governo local, fartos de corrupção

Após anos de suspeição e de crescente revolta, os cidadãos de Xiangtang, uma localidade do sul da China com 3.500 habitantes, decidiram que não estavam para aturar mais o que viam: os políticos locais pareciam ficar cada vez mais ricos enquanto os terrenos que eram propriedade de toda a comunidade iam desaparecendo, para dar lugar a investimentos comerciais.

Por lei, os terrenos rurais – ao contrário dos urbanos – são propriedade de toda a comunidade, e são vistos como a pedra basilar para os camponeses da China ganharem a sua vida.

A 2 de Julho, centenas de cidadãos cercaram o edifício municipal exigindo examinar as contas. Hoje ainda lá estão e pretendem um exame minucioso aos negócios do governo local.

No dia 21 de Setembro, homens ligados à antiga administração local começaram a carregar caixas para uma carrinha. Querendo saber o que continham as caixas, perto de 1.000 pessoas bloquearam a passagem do veículo. Aí estava documentação contabilística municipal relativa a vários anos. Até então, não tinha sido possível localizar os livros da contabilidade. Os registos revelaram detalhes relativos a negócios de terrenos, aluguer de fábricas, e despesas de administração que eram desconhecidos da população. “Havia milhões em receitas”, referia um resumo intitulado

“Um apelo desesperado dos habitantes de Xiantang”, fornecido ao jornal Toronto Star.

Os cidadãos chamaram a polícia para registar a tentativa de roubo dos livros da contabilidade, mas a polícia disse que o incidente ultrapassava a sua jurisdição.

Nos últimos 100 dias, os cidadãos enviaram delegações a vários níveis governamentais, fazendo apelo a uma investigação. Também se queixaram que as notícias sobre Xiangtang estão a ser bloqueadas: “Ninguém pode saber do sofrimento dos habitantes. Os repórteres estão proibidos de falar sobre isso,” diz uma carta dos cidadãos. Nenhum dos jornais chineses de âmbito nacional, que são todos propriedade do Estado ou controlados por ele, relatou o protesto dos cidadãos. Apenas um jornal de Hong Kong, o The Sun, apresentou uma breve reportagem nos finais de Setembro.

Sem o apoio do governo e sem cobertura mediática, os cidadãos dizem que passaram a ser alvo de intimidação e ataques vingativos, aparentemente originados na família e nos apoiantes dos políticos afastados do poder. Os habitantes acreditam que a sua segurança e as suas vidas estão sob ameaça. Mesmo assim, continuam a guardar as contas da localidade, na esperança de que “autoridades mais elevadas e sensatas” lhes façam justiça e ordenem finalmente uma investigação exaustiva.

Bill Schiller, Toronto Star (adaptado)

BREVES

Banca mundial perde milhões

Alguns dos maiores bancos do mundo (Citigroup, JP Morgan, UBS, Crédit Suisse) reconheceram prejuízos que ultrapassam os 13 mil milhões de euros em consequência da crise do crédito imobiliário iniciada em Julho nos EUA. No terceiro trimestre de 2007, a UBS conta perder entre 361 e 482 milhões de euros; e o CS prevê um recuo de 47% nos lucros relativamente ao mesmo período de 2006.

O Citigroup e o JP Morgan vão criar um fundo de 80 mil milhões de dólares para adquirirem acções de risco do sector imobiliário numa tentativa de compensarem a forte quebra da procura dos investidores particulares.

Euskadi e a Espanha

O chefe (*lehendakari*) do Governo Basco, Juan José Ibarretxe, afirmou ao *El País* que “o Euskadi não é uma parte subordinada da Espanha” e que o povo basco, “exista ou não a ETA”, tem o direito de fazer o seu caminho, “e fá-lo-emos”. O chefe do executivo basco insiste no seu plano para consultar a população basca sobre a relação que quer ter com a Espanha, plano que foi liminarmente recusado pelo presidente do governo, José Luis Rodríguez Zapatero, numa entrevista entre ambos no palácio de La Moncloa.

No melhor pano

James Watson, Prémio Nobel da Medicina pela co-descoberta da estrutura molecular do DNA, defende que os negros são menos inteligentes do que os brancos. Não baseou esta afirmação em qualquer dado científico. Apenas na sua experiência pessoal. Já antes defendera o direito das mulheres abortarem caso pudesse ser determinada, através de testes, a homossexualidade futura dos seus filhos.

BREVES

Sob controlo

A União Europeia cedeu às exigências dos Estados Unidos: o espaço aéreo transatlântico fica de agora em diante praticamente sob o controlo de Washington. Não somente os EUA colocaram os seus próprios cidadãos sob vigilância, proibindo dezenas de milhares deles de se deslocarem, mas também já nada ignoram sobre os europeus que viajem de avião. E reservam-se o direito



de recusar aos cidadãos da UE a entrada em território estadunidense, mesmo que tenham os papéis em ordem.

Lei muito ampla

Em nome da Segurança Nacional, o presidente do EUA poderá vetar a lei aprovada na Câmara dos Representantes que visa proteger a confidencialidade das fontes de informação, por entender que é "muito ampla" e diminuiria a capacidade do Governo nas investigações de terrorismo e noutros casos federais.

Nobel da Paz

Durante os oito anos em que foi vice-presidente, os EUA tudo fizeram para sabotar a Conferência do Rio e ignoraram o Protocolo de Quioto. Enquanto era o segundo homem mais poderoso do mundo, Al Gore não afrontou as multinacionais, o complexo militar-industrial e os grandes impérios económicos que ignoram ostensivamente os problemas ambientais. Pelo contrário, fez o seu jogo. Não usou os poderes executivos de que dispôs para fazer realmente qualquer coisa pelo planeta Terra, mas agora... fez um filme contra o aquecimento global, vai reunindo colaborações de artistas de todo o mundo, desdobra-se em conferências bem pagas. E assim, ganhou o Prémio Nobel da Paz.

A "turquização" do País Basco

Entre o final da trégua da ETA, a 6 de Junho e o passado dia 25 de Outubro, as polícias espanhola e francesa efectuaram 144 detenções no País Basco sob administração de cada um daqueles Estados. Destas, ingressaram na prisão 71. Estes números, acabados de divulgar pelo porta-voz do Movimento Pró-Amnistia (também ilegalizado no Estado espanhol), Julen Larrinaga, correspondem a uma média superior a uma detenção por dia. Esta acção policial não tem, porém, directamente a ver com o final da trégua da ETA, uma vez que abrangendo ainda largamente o período do cessar-fogo da organização armada basca, as polícias efectuaram nos primeiros oito meses deste ano 178 detenções. Em muitos casos, os autos não referem qualquer acusação concreta. Os detidos enfrentam acusações genéricas de "terrorismo", sem factos, datas ou outras especificações de que possam defender-se.

Um número substancial de detidos tem denunciado tortura ou maus tratos.

A repressão no País Basco não tem comparação na Europa senão com a situação na Turquia.

No País Basco, existe um polícia para cada 133 habitantes, por comparação com Lisboa, um agente para cada 3.000.

Esta policiação não visa a ETA, mas sim as pessoas e correntes ligadas ao independentismo e à autodeterminação do País Basco. Há poucas semanas, foram detidos os vinte membros da direcção independentista do antigo partido Batasuna, ilegalizado em 2002.

Desde esse ano, foram ilegalizadas no País Basco sob administração espanhola mais de 290 organizações, colectivos, associações culturais, feministas, anti-militaristas,

juvenis, de bairro, etc.

Desde então foram também encerrados cinco órgãos de comunicação social. Jornalistas foram presos e comprovadamente torturados.

A estratégia foi indicada pelo juiz Baltazar Garzón, quando declarou ao jornal ABC, a 12 de Dezembro de 2001: "Não existe envolvente da ETA. Tudo é ETA". O estado de excepção não declarado que transformou o País Basco num laboratório de experiências de repressão "democrática" continua, pois, perante o "democrático" silêncio da Europa e do mundo.

Rui Pereira



Onda de repressão na Nova Zelândia

Com base numa lei "anti-terrorista", uma grande operação da polícia neozelandesa prendeu 17 activistas em vários pontos do país, em Outubro. A acção envolveu mais de 300 agentes.

Foram invadidas casas e centros sociais com mandatos de busca e de apreensão. A polícia ainda deteve cerca de 60 pessoas para interrogatório. Todos os activistas presos pertencem a movimentos locais, como o Tino Rangatiranga (movimento da etnia maori) e grupos pacifistas e ambientais.

Os activistas enfrentam acusações diversas, como o porte de armas, participação em grupos "terroristas" e até a "organização de um campo de treino de guerrilha". A todos eles foi recusada a fiança e ficaram

presos. Os médias dominantes dizem que a operação policial foi resultado de "meses de trabalho" da unidade anti-terrorista que estaria na posse de "centenas de horas de gravações de conversas com escuta, vigilância de vídeo, telemóveis interceptados e textos".

Perante esta ofensiva, está a desenvolver-se em pelo menos três cidadãos do país, um movimento de solidariedade e contra a repressão. Foram marcadas reuniões e um evento de solidariedade com os presos vai realizar-se em Melbourne, na vizinha Austrália. (www.indymedia.org.nz).

Em Junho deste ano, decorreu na Alemanha uma operação semelhante, utilizando a lei anti-terrorismo para

reprimir o movimento anti-capitalista nas vésperas da cimeira do G8. Agora, é o caso desse país que tanta vez nos apresentam como um modelo das liberdades democráticas, a Nova Zelândia.

O argumento "anti-terrorista" está a servir, nos Estados ditos democráticos, para – a pouco e pouco – criminalizar as actividades militantes que contestam os governos e o sistema capitalista.

Vigilâncias ilegais, repressão de manifestações, assaltos a sedes de partidos e sindicatos. Veja-se, entre nós, o recente caso da Covilhã; e também o que nos preparam os recentes acordos policiais e judiciais entre a Espanha e Portugal.

JMB
(com JB / Mídia Independente)



EUA

A fascização da vida quotidiana

Depois de publicar o seu último livro, *O Fim da América. Carta de Aviso a Um Jovem Patriota*, Naomi Wolf, jornalista e escritora, andou a percorrer os EUA e a falar com pessoas de todas as camadas sociais acerca das liberdades, e escreveu um artigo de que se destacam alguns dos aspectos mais significativos.

Dos depoimentos que recolheu: Um director de serviço numa administração tem medo de assinar o papel a autorizar o FBI a ter acesso a todas as informações sobre ele “Mas, se eu não assinar, arrisco-me a perder o meu emprego, a minha casa... é como na Alemanha, quando fizeram o ficheiro de todos os funcionários”. Um importante oficial do exército, que está numa lista de pessoas vigiadas porque criticou a política da administração Bush, mostrou documentos provando que é vigiado pelos serviços secretos bem como toda a sua família. Uma jurista do Ministério da Justiça que se insurgiu contra o “interrogatório reforçado” de um detido, foi chamada a uma comissão disciplinar e submetida a inquérito criminal, não lhe deram a promoção de carreira, o computador foi vasculhado e os mails apagados... Está na lista negra e não pode andar de avião. Um técnico informático numa companhia aérea explicou-lhe: quando se entra na lista “mesmo que digam que o nome foi retirado, não é verdade. Há um sistema

duplicado. Nunca se apaga nada”. Algumas notícias que leu na imprensa: Foram mortos com balas na cabeça dois dos sete soldados que publicaram uma carta a criticar a guerra; o mesmo aconteceu a uma contabilista do exército que ia denunciar abusos e desfalques; e a Pat Tillman, que escrevera um mail a um amigo em que se dispunha a denunciar crimes de guerra que presenciara. Um empregado do exército que denunciara tráfico de armas nas tropas, no Iraque, foi raptado, preso e torturado numa base militar e oficialmente ameaçado com as piores represálias se falasse no seu regresso ao país. Um sub-contratado do exército que denunciara desvios de dinheiro foi raptado, espancado e expulso do Iraque.

A propósito de o Departamento de Estado – empregador dos mercenários da Blackwater – apoiado pela Casa Branca, se recusar oficialmente a cooperar com o Ministério da Justiça ou com o FBI, no inquérito sobre o assassinato de 17 civis iraquianos inocentes, comenta: “Assim o Estado demonstra que a força para-militar está acima das leis e que a lei já não serve de refúgio para a dissidência”.

E diz: Ao permitir ao FBI e à CIA prender qualquer cidadão e privá-lo dos seus direitos legais, o Secretário da Justiça explicou aos cidadãos que nenhum está ao abrigo das arbitrariedades do Estado. “Podemos aparecer quando e como quisermos, arrombar a

À sombra das novas leis anti-terroristas, proliferaram os assassinatos políticos, as perseguições, os ficheiros de militantes – e o medo generalizado



vossa porta e fazer-vos desaparecer para sempre... de forma totalmente legal”.

E pergunta: Os membros do Congresso vão ter a coragem de enfrentar a Blackwater quando esta empresa conseguir o contrato da segurança interna dos Estados Unidos? Ou esta força para-militar protegida pelo Estado terá poder suficiente para intimidar os nossos representantes eleitos – e nós próprios? Ousaremos manifestarmos quando soubermos que nos ariscamos aos mesmos maus tratos que os civis do Iraque, metralhados a partir de helicópteros da Blackwater? Haverá algum deputado capaz de propor uma lei contra a Blackwater, sabendo que pode ser liquidado com uma bala na cabeça, com toda a impunidade?

E conclui: “Na situação actual, o Departamento da Segurança da Pátria (‘Homeland Security’) tem o direito legal de, esta noite mesmo, encher a tua cidade de mercenários da Blackwater”.

M. Gouveia (segundo Naomi Wolf)

BREVES

A “escola”

Ao evocar os resultados dos “programas de influência” dos Estados Unidos numa cerimónia oficial em 25 de Outubro passado, Karen Hughes, subsecretária de Estado para a Diplomacia Pública [propaganda] e os Assuntos Públicos [relações publicas] declarou: “Mais de 130 participantes [nos nossos programas desde 1945] vieram a tornar-se líderes dos seus países, incluindo o actual primeiro-ministro da Grã-Bretanha [Gordon Brown], o presidente da França [Nicolas Sarkozy] e o presidente da Turquia [Abdullah Gül]”. A biografia de Brown é conhecida, mas é a primeira vez que um governante estadunidense reconhece que Sarkozy e Gül nos EUA, algo que os interessados sempre tentaram esconder. (*VoltaireNet*)

Punição colectiva, resistência colectiva

O ministro israelita da Defesa prepara-se para aprovar cortes no fornecimento de energia eléctrica e de combustíveis à Faixa de Gaza “para tentar parar os ataques de rockets”. Israel fornece 60% da energia eléctrica ao milhão e meio de habitantes de Gaza. O porta-voz do Hamas, Sami Abu Zuhri, comentou: “Servirem-se das necessidades humanas básicas para chantagear o nosso povo é algo que nunca nos enfraquecerá”.

“Erro” nuclear

A Força Aérea dos EUA destituiu vários oficiais de comando depois de um bombardeiro B-52 ter, por engano, voado através dos Estados Unidos com seis mísseis de cruzeiro armados de ogivas nucleares montados nas asas. Três coronéis e mais 66 militares foram castigados após o incidente ocorrido na base aérea Minot, Dakota do Norte, em 29 de Agosto.

Os responsáveis falam de “lacunas procedimentais”. A tripulação do avião não sabia que levava ogivas nucleares activas a bordo.

Pequena cidade dos EUA faz frente aos mercenários da Blackwater

Potrero, condado de San Diego, Califórnia, 800 habitantes, fez frente à maior empresa de mercenários do mundo. E conseguiu os seus objectivos. Pelo menos para já. Interessada em instalar o seu “centro de formação” em terrenos vizinhos da pequena cidade, a Blackwater tratou de corromper a maioria dos membros da Comissão de Planeamento de Potrero, com a ajuda de políticos influentes de San

Diego, para votarem a favor dessa instalação. Mas a população, onde existe um núcleo anti-guerra do Iraque muito activo, mobilizou-se, manifestou-se e fez parar o processo. Os semanários regionais divulgaram a notícia e a Comissão corrompida recuou, dizendo que o voto em causa tinha sido “apenas consultivo”...

É uma pequena luta em curso, numa pequena cidade da Califórnia,



onde os manifestantes exibem cartazes contra “os mercenários” e “os aproveitadores da guerra”.

CRÓNICA

A chama da revolução

Em Setembro deste ano passei uma semana em São Petersburgo, a antiga Leninegrado. Entre o Rio Neva e as traseiras do Museu Russo, nas proximidades do Museu do Hermitage, existe um vasto parque. A primeira vez que o atravessei era de manhã cedo. Eu queria estar à porta do Museu Russo antes da hora de abertura, para ser dos primeiros a entrar. A meio do parque havia uma grande chama, quase rente ao chão, saindo de um plinto baixo, de pedra, e ladeada por quatro bandeiras vermelhas. Não tinham martelo nem foice, as bandeiras, eram só vermelhas, e a chama ardia em homenagem aos mortos da Revolução. As bandeiras eram velhas e em mau estado, e muito mais velho do que elas e com a roupa ainda mais decrépita era o senhor que tomava conta da chama. Levava na mão um instrumento comprido, não percebi bem o que fazia. Deitado no saibro, com a cabeça apoiada no plinto de pedra e a uns escassos centímetros das labaredas, dormia um homem novo, enorme, atlético, completamente embriagado. Fazia frio, eu ia de cachecol e com o sobretudo abotoado, mas o homem estava descalço, certamente lhe haviam roubado os sapatos durante a noite. Ao lado dele, uma garrafa de vodka vazia. Passei por ali noutras manhãs e vi que se tratava de um ponto de encontro regular para os fins de noitadas, latas e garrafas de cerveja espalhadas, um pouco de calor que combatesse o frio da madrugada e amenizasse as ressacas. Afinal, pensei eu, a chama da revolução tem uma utilidade prática.

João Bernardo

A via aberta da revolução soviética

De propósito ou não, os 90 anos que correm em 7 de Novembro sobre a revolução soviética ficam oficialmente assinalados entre nós não pela evocação dos feitos revolucionários de 1917 que puseram fim à Rússia imperial, mas pelos próprios feitos imperiais, recuperados como imagem da Rússia de hoje. Uma exposição, que Putin inaugurou em Lisboa no final de Outubro, de obras do Museu Hermitage (de S. Petersburgo, ex-Leninegrado) evoca a Rússia imperial de Catarina II e de Pedro, o Grande. Não admira. Quando a URSS foi dada como finada e enterrada por toda a gente, proliferaram em qualquer feira-da-ladra os objectos de moda com a iconografia soviética – jeans *soviet*, bonés do exército vermelho, e toda a sorte de coisas tornadas inofensivas na sua simbologia pela certidão de óbito passada pela era *leltsin*. O ocaso da revolução tinha começado décadas antes desses anos 90, mas a condição de potência da URSS continuou a alimentar o medo dos “vermelhos”. Não agora. Depois de se permitir brincar com o corpo morto da revolução, a burguesia embasbacou-se com a opulência da Rússia imperial a que os soviéticos e o bolchevismo puseram termo.

A revolução soviética não foi definitiva. Mas deixou marcas indelévels. Uma são pura memória que o futuro chamará a si quando for tempo: pela primeira vez os proletários chegaram ao poder num grande país e conservaram-no o tempo suficiente para dar cabo dos fundamentos da velha ordem e lançar as bases de um país moderno. Nenhuma outra via seria capaz de o conseguir na Rússia da época. Outras dessas marcas são dados do presente: a Rússia capitalista de hoje não existiria com o peso que tem, se não tivesse existido 1917. O socialismo não se



realizou, mas ficou mais próximo. Contraditório? É que a História, sendo feita pelos homens, não o é exactamente segundo a sua vontade.

A revolução de 1917 foi um primeiro assalto. Deu-se num país atrasado e por isso não podia abordar o socialismo de jacto. Foi uma ponta avançada, resistiu enquanto pôde, mas não chegou para virar a página do mundo capitalista. Cumpriu o seu papel no meio de uma dupla contradição: uma revolução proletária apontada para o socialismo num país de capitalismo atrasado – forçada por isso a seguir a via do capitalismo de Estado; uma revolução que só vingaria se outras revoluções no mundo capitalista desenvolvido a acompanhassem – e não acompanharam.

Hoje, a revolução social no mundo conta com um quadro novo: a base material proporcionada por um capitalismo muito mais desenvolvido que no começo do século XX; e a lição principal da revolução soviética – o poder dos trabalhadores é a condição da transformação social.

M. Raposo

Che



Um poderoso exemplo de abnegação e de coragem no combate anti-imperialista

Recordamo-lo, 40 anos após o seu assassinato na Bolívia, não para servir modas nem para o enquadrar no sistema, como tem sido tentado por reformismos vários. O combate do guerrilheiro heróico surge-nos, antes, como um forte incentivo à luta anti-imperialista dos nossos dias e contra a ordem capitalista.

Com Fidel Castro fez parte do grupo revolucionário de exilados cubanos que, em fins de 1956, desembarcou em Cuba. Formou e dirigiu então o grupo guerrilheiro da Sierra Maestra. Dois anos depois, a parte do grupo que não fora dizimada no desembarque transformou-se no exército popular de libertação, que havia de levar ao levantamento popular, à derrota do ditador Baptista e à vitória da Revolução Cubana, em 1959. Esta revolução foi um enorme passo na luta de várias gerações cubanas

pela soberania nacional, pela independência económica e política. E representou a ruptura com o fatalismo geográfico que parecia submeter os povos da América Latina aos EUA. Surgiu, assim, uma nova era para os povos da região. Após a revolução cubana, o Che rapidamente se apercebeu de que as coisas não corriam bem nos países ditos comunistas e o seu marxismo sofreu, então, uma grande evolução crítica em relação ao modelo reformista estalinista existente na URSS, defendido por vários partidos comunistas a nível mundial. Em 1966, criticando a “revolução democrática nacional e anti-feudal”, é significativa a sua mensagem à Tricontinental: “Não há outra mudança a fazer: ou revolução socialista ou caricatura de revolução”.

Comentadores de extrema-direita e jornalistas mercenários têm procurado denegrir o papel deste herói da Revolução Cubana. Tal acontece particularmente nos países da Europa e nos EUA, como parte da onda de reacção que os assola. Mas há quem resista a esta ofensiva: recentemente 230 jornalistas do jornal espanhol *El País* revoltaram-se contra um editorial sobre este tema.

Quanto a nós, o Che permanece actual no essencial da sua mensagem e da sua luta.

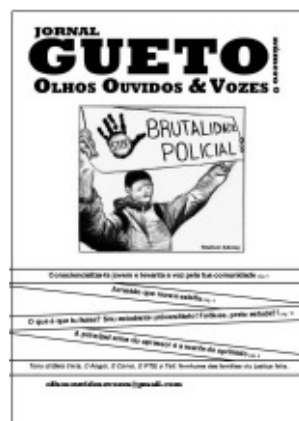
Pedro Goulart

Um jornal de luta, exemplo a difundir

Guetto: Olhos Ouidos & Vozes

Apoiantes do MV fizeram-nos chegar o número zero de um novo jornal comunitário, de distribuição exclusivamente militante, que partiu da iniciativa de jovens músicos do hip-hop de diferentes núcleos da região de Lisboa. *GUETO: Olhos Ouidos & Vozes*, impresso e difundido em fotocópias A3, revela o elevado nível de consciência, de lucidez e de determinação para a luta destes jovens dos bairros periféricos de imigrantes. Diz o editorial: "Racismo, desemprego, falta de oportunidades ou violência policial fazem parte do quotidiano de milhares de jovens dos subúrbios de Lisboa. Conosco não é diferente. A nossa voz não é ouvida, os nossos problemas esquecidos e as nossas vivências caricaturadas ou estigmatizadas. Por isso, é urgente criarmos associações, colectivos informais e jornais que expressem as nossas ideias e opiniões para colocar na cena pública os nossos anseios e reivindicações".

E prossegue: "É no gueto que estão os mais explorados, onde habitam os jovens mais



segregados pelo sistema, e onde há mais falta de informação. Portanto, são os jovens dos bairros mais pobres que o nosso jornal quer 'representar', e dar o poder da palavra". E mais adiante: "Chega de ser apenas os média e as instituições políticas os

produtores de informações, geralmente deturpadas, sobre o gueto. Os jovens dos guetos querem falar pela sua própria voz para exigir direitos e uma melhor qualidade de vida. Exigimos a nacionalidade para todos os que nasçam em território português! Legalização de todos os imigrantes! Defendemos o ensino da história africana nas escolas com grande número de afro-descendentes! Fim da violência policial! Igualdade de oportunidades!" Nos outros artigos do *GUETO*, Nehanda, G.U.E.R.R.A., M.N.A.O., Husseini, Jackilson e Kreduz opinam e testemunham casos concretos de uma vida cheia de agressões policiais, discriminações raciais, xenofobia, difíceis condições de vida e, evidentemente, de sobre-exploração no trabalho. Todos eles põem o acento na necessidade de os jovens dos guetos se unirem e organizarem, de ganharem mais consciência das causas do seu mal-estar e das dificuldades das suas famílias, e também na necessidade indispensável da luta para fazerem prevalecer os seus direitos.

MUDAR DE VIDA saúda esta iniciativa e os seus promotores, e fará tudo para apoiar o *GUETO: Olhos Ouidos & Vozes* e divulgar o seu exemplo.

José Mário Branco



José Afonso

Reinterpretar o Mestre

A obra de José Afonso é um manancial inesgotável de aprendizagem e de inspiração para as sucessivas gerações de músicos e intérpretes, sobretudo portugueses e galegos. As primeiras iniciativas marcantes terão sido os duplos álbuns *Filhos da Madrugada*, de vários artistas com supervisão de Sérgio Godinho (BMG, 1994) e *Maião Maduro Maião*, registo do concerto ao vivo de Amélia Muge, João Afonso e José Mário Branco (Sony, 1995).

Este ano, a propósito dos 20 anos da morte de José Afonso, outros intérpretes, de diferentes estilos musicais, publicaram (ou anunciam a publicação de) uma série de novas experiências reinterpretativas: os Couple Coffee com *Co'as Tamanquinhas do Zeca*, em toada anglo-brasileira e com excelentes arranjos para voz e baixo eléctrico; mais tradicionais, os Erva de Cheiro com *Que Viva o Zeca*; o álbum *A Terra do Zeca*, do grupo Terra d'Água (do milanês Davide Zaccaria), com as vozes convidadas de Dulce Pontes, Filipa Pais, Lúcia Moniz, Maria Anadon e Uxia; da Banda Futrica, *Com Zeca No Coração*; e ainda os anunciados *Abril*, da fadista Cristina Branco, e *Convexo*, da cantora de jazz Jacinta.

É uma lacuna grave na cultura popular do nosso país, e não só, que, passados 20 anos sobre a sua morte, ainda não haja um livro de referência com as partituras e os diagramas de acordes (um "song book") com as mais de duzentas canções gravadas por José Afonso. Pois notam-se por vezes, aqui e ali, nestas experiências, algumas fraquezas ou mesmo erros que não decorrem do legítimo impulso interpretativo da recriação, mas sim de lacunas no conhecimento da obra do Mestre.

José Mário Branco



Lembrar Adriano

Com a casa cheia e sob o lema "Há sempre alguém que resiste", realizou-se em 20 de Outubro, na Voz do Operário, em Lisboa, um espectáculo musical por ocasião do 25.º aniversário da morte de Adriano Correia de Oliveira. Nele participaram solidariamente, entre outros, Amélia Muge, Fausto, Francisco Fanhais, Janita Salomé, Samuel, Luis Represas, Manuel Freire e Paulo Saraiva.

Este espectáculo integrou-se num conjunto de iniciativas realizadas entre 16 e 20 de Outubro em homenagem àquele cantor e resistente antifascista, sendo, na altura, justamente salientada a necessidade de continuarmos a resistência nos dias de opressão que hoje vivemos.

Pedro Goulart



Um Rio de dinheiro para La Féria

A cidade do Porto tinha um equipamento cultural, pago pelos nossos impostos através do município e do Ministério da Cultura: o Rivioli.

Rui Rio extinguiu, em finais de 2006, a empresa pública que o geria e programava, a Culturporto, e entregou-o em Maio deste ano ao empresário Filipe La Féria.

Enquanto vão correndo várias providências cautelares interpostas nos tribunais (por haver dúvidas graves quanto à legalidade do contrato de concessão), La Féria – graças a uma forte máquina de venda e promoção, junto das camadas mais frágeis da sociedade, sobretudo lares de 3.ª idade e escolas, e junto das Câmaras Municipais – tem esgotado o Rivioli com Jesus Cristo *Superstar*, só com uma ligeira descida em Agosto. O acordo entre La Féria e Rui Rio prevê o pagamento à CMP de 5% das receitas. Mas, apesar das salas esgotadas desde a estreia em 14 de Junho, a Câmara ainda não recebeu um tostão. E já se anuncia a estreia portuense de Música No Coração para 15 de Novembro...

Uma adenda ao acordo prevê também que a Câmara poderá comprar o equipamento que La Féria adquiriu para a sua produção. Quem paga? Rui Rio com os nossos impostos? Bem como as obras de adaptação do teatro (retirar cadeiras, painéis acústicos, etc.)?

Mais: três funcionários da extinta Culturporto estão a trabalhar para a empresa de La Féria, contratados a prazo por empresas municipais – dois na GOP e um na Porto Lazer.

M. Gouveia

5 a 16 de Novembro

1.ª Mostra de Curtas Metragens - Curtas em Paranhos

Casa da Cultura de Paranhos, Largo do Campo Lindo 7, Porto A Junta de Freguesia / Casa da Cultura de Paranhos oferece curtas metragens todas as segundas-feiras no mês de Novembro.

Tel. 225 507 676 / 917 908 576

8, 15, 22 e 29 de Novembro

Seminário Comunismos – História, Poética, Política e Teoria

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Auditório B203, Lisboa (17:30h)

08.11 Da URSS à Rússia (I) com Carlos Taibo

15.11 Da URSS à Rússia (II) com Luís Carapinha

22.11 A Rússia Soviética entre o Ocidente e o Oriente: Geopolítica para uma Ambivalência Identitária com Mário Machaqueiro.

29.11 Comunismo e Democracia Debate sobre o livro de Luciano Canfora, «A democracia, história de uma ideologia» (Lisboa, Edições 70, 2007), com Luciano Canfora, Filipe do Carmo e João Arsénio Nunes

Até 9 Novembro

9 capas para o Zeca

de José Santa Bárbara e O Zeca nas Caldas

2 exposições na Sala Estúdio do Teatro da Rainha, Caldas da Rainha

18 de Novembro

Os cantos do Zeca

Tributo a José Afonso Fórum da Maia (16:00h) www.aja.pt

Até 29 de Novembro

Resende na Ilustração e Resende – Marca de um Espaço

2 exposições no Clube Literário do Porto, Rua Nova da Alfândega, 22

segunda a domingo, 13- 01:00h Tel. 222 089 228.

www.clubeliterariodoporto.co.pt

Até 1 de Dezembro

O Carteiro de Pablo Neruda

de António Skármeta Produção da Seiva Trupe, direcção e encenação de Júlio Cardoso, cenografia de José Carlos Barros e interpretação de Júlio Cardoso, Miguel Rosas, Sandra Ribeiro, Sara Barbosa, Ângelo Silva e Jorge Fonseca. Teatro do Campo Alegre (TCA) Rua das Estrelas, Porto www.seivatrupe.pt

14 a 17 de Dezembro

Convite da Casa Viva para um encontro de colectivos

Diz o programa:

Indigna-nos que tudo seja mercadoria, transformado em lucro. Não pode ser. O capitalismo é a liberdade da raposa no galinheiro, e a força do predador aumenta com a desunião entre as presas.

A responsabilidade de tentar a aproximação entre todos os que acreditam numa mudança radical é nossa, dos suficientemente vivos para darem umas bicadas na besta, de forma a que, de dispersas e curáveis, se tomem mais eficazes, provoquem gangrenas e acelerem a morte do carcereiro.

A desistência não pode fazer parte do nosso vocabulário. Apareçam na sexta-feira, 14 de Dezembro, e só saiam daqui na segunda, 17. Pensámos num programa de festas próximo do seguinte:

Sexta, 14 de Dezembro 19h00-22h00-Concertos / Festa 22h30-Jantar 23h00- Apresentação dos colectivos presentes Conversas

Sábado, 15 de Dezembro 09h00-Pequeno-almoço, onde se combinarão as acções do dia 10h00- ... - Acções 19h00-20h00-Concertos / Festa 20h30-Jantar + Balanço do dia

Domingo, 16 de Dezembro 10h00-Pequeno-almoço, onde se combinarão as acções do dia 11h00-... - Acções 19h00-Assembleia final e marcação de próxima jornada

CasaViva Praça Marquês de Pombal, 167 4000-391 Porto



Sicko

Filme de Michael Moore

É mal conhecida a história das dezenas de milhões de americanos pobres que, nos “democráticos” EUA, não têm direito aos indispensáveis cuidados de saúde. Por isso, é bom ver *Sicko*, último filme de Michael Moore, uma denúncia impiedosa do sistema de saúde norte-americano, orientado pelos critérios de lucro máximo das seguradoras e das empresas farmacêuticas. A história de uma mulher de 22 anos com um cancro que não teve ajuda da seguradora porque não era normal ter um cancro com aquela idade. Ou o caso de um homem com as cabeças de dois dedos cortadas por uma serra eléctrica que teve que escolher qual

dos dedos seria reconstituído, visto a seguradora se recusar a pagar os dois. Ou, ainda, a história dos ex-voluntários das operações de limpeza do *Ground Zero* de Nova Iorque, que Moore levou para tratamento a Cuba, violando o embargo há muito imposto pelos EUA ao fluxo de pessoas e bens para aquele país. São questões como estas, expostas por Moore em *Sicko*, sobre as quais o espectador pode e deve reflectir. Aqueles que criticam a espectacularidade dos filmes de Moore não deviam esquecer-se da sociedade do espectáculo em que eles são engendrados.

Pedro Goulart

Sabia que ...

Sabia que o fundador da marca de automóveis Ford, Henry Ford (1863-1947), não foi importante apenas por ter introduzido a linha de montagem no fabrico de automóveis e ter comercializado os seus veículos, sobretudo o Ford T, ao alcance da pequena e média burguesias estadunidenses?

Ele foi também um campeão da xenofobia anti-imigrantes e do anti-semitismo. O seu livro *O Judeu Internacional. O Maior Problema Mundial*, uma recolha de artigos que escreveu para o seu jornal *Dearborn Independent*, ganhou enorme influência logo que foi publicado em 1920. Um dos influenciados foi - está historicamente provado - Adolf Hitler que foi buscar



a Ford algumas das ideias fundadoras do nazismo, expressas no *Mein Kampf* (publicado em 1925-26). Já chanceler da Alemanha, Hitler tinha no seu gabinete uma grande fotografia de Henry Ford.

Greve dos funcionários públicos marcada para Novembro

Mobilização dos trabalhadores é fundamental para travar a ofensiva do governo
Baixar valores mínimos é mau começo

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública marcou, no passado dia 26, uma greve dos funcionários públicos para a segunda quinzena de Novembro. A data da greve ficou de ser decidida após contactos com os sindicatos da UGT na tentativa de unificar o protesto.

Quadro difícil. No que respeita aos aumentos salariais, existe uma grande diferença entre a proposta dos sindicatos (5,8%) e a do governo (2,1%). Perante isto, a coordenadora da Frente Comum, Ana Avoila, apesar de considerar impossível chegar aos números do governo, expressou a disposição de baixar o valor exigido pelos sindicatos para efeitos de negociação. Para começo de discussão não parece ser a melhor forma de a FCSAP se apresentar. Na verdade, quando o caderno reivindicativo foi apresentado em 27 de Setembro, a Frente sublinhava, muito justamente, que o processo reivindicativo relativo aos aumentos salariais para 2008 ia “desenrolar-se num quadro particularmente difícil para os trabalhadores da Administração Pública” e, nesse sentido, considerava que “o seu envolvimento é fundamental”.

Sempre a perder. A justificação do valor de 5,8% também foi inequívoca. A proposta reivindicativa mostrava que entre 2000 e 2006 os salários da função pública cresceram sempre abaixo da inflação, perdendo os funcionários poder de compra que se cifra entre 5,6% e 8,8%, consoante os níveis salariais; e entrando em conta com as previsões económicas para 2007 essa perda eleva-se a 6,5%-9,7%. Por isto mesmo a proposta de 27 de Setembro dizia,

acertadamente, que os salários e as pensões de aposentação e reforma deveriam ter um aumento mínimo de 5,8%. Na verdade, esse aumento apenas cobria as perdas dos últimos seis anos, não dando lugar a nenhum ganho real para além disso.

Assim sendo, menos se entende a disposição, anunciada à partida, de baixar o valor proposto em Setembro com o aparente argumento de facilitar as negociações. Corre-se o risco de facilitar as conversações com o governo à custa do apoio dos funcionários, contrariando na prática o apelo ao “envolvimento” dos trabalhadores. Escusado será dizer que, a acontecer, isto significaria chegar à mesa de negociações em posição de fraqueza.

Oposição ao governo. Para além das questões salariais, a proposta reivindicativa sublinhava a necessidade de fazer oposição à ofensiva do governo, que retira direitos aos trabalhadores: condições de aposentação e de segurança social mais desfavoráveis, perda de vínculos e insegurança de emprego, ameaças de despedimento a coberto de maior mobilidade, restrição à actividade sindical.

Precisamente porque é preciso fazer frente a uma ofensiva do governo em larga escala, que atinge todos os direitos dos funcionários públicos, a mobilização dos trabalhadores é fundamental. A greve para a segunda quinzena de Novembro pode ser factor que dê força às reivindicações - desde que os funcionários públicos sejam chamados a tomar posição, não transigindo na defesa dos seus direitos.

Urbano de Campos

Pauzinho na engRenagem

Manuel da Palma

porque um jornal político popular,
em ruptura com o sistema?

porque é preciso meter
um pauzinho na engrenagem.

Medo da Rússia

Os opositores russos de Putin têm sempre garantida ampla cobertura por parte dos meios de comunicação ocidentais.

Mote: o “autoritarismo”, a falta de liberdades, os assassinatos atribuídos ao poder do Kremlin. Repetiu-se a cena com a visita de Putin a Portugal para participar na cimeira UE-Rússia.

O motivo não está nos factos que ilustram a campanha, mas na apreensão do ocidente com a afirmação da Rússia enquanto potência. Putin retomou o crescimento económico; recuperou poder político correndo com os “conselheiros” norte-americanos que rodeavam Ieltsin; chamou à alçada do Estado boa parte dos recursos energéticos que a “abertura”

de 1991 entregara à máfia ligada ao capital imperialista, e fez deles uma poderosa arma política e económica face aos EUA e à UE; retomou o papel de potência no xadrez mundial aproximando-se da China numa aliança que junta praticamente todos os países da Ásia; faz frente às ambições dos EUA e da UE sobre o Irão e a Sérvia (Kosovo); reforça a competição armamentista e espacial para responder à arrogância norte-americana.

A Rússia resiste assim ao plano dos EUA de a anular como potência e de a dividir como país. A acção de Putin corporiza um projecto imperialista? Claro, nem outra coisa poderia dar-se num país com os recursos e a extensão territorial da Rússia, uma vez retomado o caminho do capitalismo sobre a derrota da revolução de 1917. Mas quando os bandidos entram em guerra, ganham com isso as pessoas de bem. A Rússia, como a China e outras potências emergentes, disputam terreno à principal força imperialista de hoje, os EUA. É daqui que brota o fervor “democrático” que faz falar os imperialistas ocidentais e a sua comunicação social.

M. Raposo

DITO

Bem tentais não vos ocupar de política, mas a política ocupa-se de vós

Charles Montalembert